

A APROPRIAÇÃO ECONÔMICA DO TERRITÓRIO PELA COOPERATIVA AGRÁRIA AGROINDUSTRIAL, EM ENTRE RIOS, NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA (PR)

LAND MANAGEMENT APPROPRIATION BY AGRÁRIA AGROINDUSTRIAL COOPERATIVE, LOCATED IN ENTRE RIOS, IN THE CITY OF GUARAPUAVA (PR)

Marisa do Belem Pereira Kaminski

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, Unicentro, Guarapuava-PR
marisakaminski@yahoo.com.br

Sergio Fajardo

Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Unicentro,
Guarapuava-PR
sergiofajardo@hotmail.com

Resumo

A pesquisa apresenta a apropriação econômica do território por parte da Cooperativa Agrária Agroindustrial, instalada no distrito de Entre Rios, município de Guarapuava, na mesorregião Centro-Sul do Paraná. Partiu-se do pressuposto de que essa apropriação incorpora estratégias territoriais e processos relacionais conformando as territorialidades da Cooperativa Agrária. Na busca por respostas, o presente trabalho foi embasado nas concepções de Haesbaert (2004), que trata das múltiplas territorialidades em suas formas política, econômica e cultural influenciando a produção do território, e principalmente em Saquet (2002, 2003), que destaca entre essas dimensões o aspecto econômico. A Agrária, fundada por suábios do Danúbio (povos de língua e cultura alemães), é uma das cooperativas paranaenses fundadas por imigrantes. Tais cooperativas tiveram inspiração no associativismo europeu do século XIX, com suas peculiaridades organizacionais envolvendo a coesão do grupo na relação com o trabalho e na questão da identidade etno-cultural. Contudo, ao se apropriar economicamente do território, a Agrária articulou estratégias territoriais voltadas à produção para grandes mercados, e em seus processos relacionais gerou conflitos internos. Esse modo de agir cotidiano da cooperativa está no bojo das formas de organização, apropriação e dominação do espaço, e as dimensões econômicas afetam direta e localmente o distrito de Entre Rios.

Palavras-chave: Cooperativa. Imigrantes. Apropriação econômica. Territorialidades.

Abstract

This research shows the economic ownership of the territory by the Agrária Agroindustrial Cooperative, located in the Entre Rios district, in Guarapuava, in the south-central part of Paraná. Assumptions that this appropriation includes territorial strategies and relational

process conforming the Agrária Cooperative's territorialities. In search of answers, this study was guided in the Haesbaert conceptions (2004), that deals with the multiple territorialities, in their political, economic and cultural ways, influencing the production in the territory, but mainly in Saquet (2002, 2003), which highlights, between those dimensions, the economic aspect. Agrária was founded by the Danube Swabians (people with German language and German culture), it is one of the cooperatives in Paraná founded by immigrants. Such cooperatives were inspired by the nineteenth-century European associations, with its organizational peculiarities involving the group organizational cohesion in relation to the work and the query of ethnocultural identity. Nevertheless, by the economic appropriation of the territory, Agrária has articulated some territorial strategies directed to the production for the large markets, and their relational process has generated some internal conflicts. This daily mode of action in the cooperative is in the midst of the organization, appropriation, and the space domination, and economic dimensions, that affects directly, and locally, the Entre Rios district.

Key-Words: Cooperative. Immigrants. Economic Appropriations. Territorialities.

Introdução

O presente artigo, com algumas adaptações, é parte da dissertação defendida¹ junto ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO/PR), intitulada *Apropriação econômica do território pela Cooperativa Agrária Agroindustrial, em Entre Rios, Guarapuava (PR)*. A cooperativa em análise, localizada no distrito de Entre Rios, no município de Guarapuava, mesorregião Centro-Sul do Paraná, foi fundada em 1951 por imigrantes suábios do Danúbio², (em alemão *Donauschwabern*), povo de língua e cultura germânica. Pressupõe-se que essa apropriação incorpora estratégias territoriais e processos relacionais conformando territorialidades de caráter econômico. Nesse sentido, os objetivos do estudo foram compreender em uma organização cooperativa, marcada pelo componente cultural, quais são as estratégias territoriais empregadas para competir no mercado, se tais estratégias diferem de outras cooperativas também oriundas de colônias de imigração, e qual tem sido o resultado dessas escolhas estratégicas.

O caminho de algumas respostas começou a ser traçado a partir da constatação de que, nas cooperativas atreladas à imigração, o componente étnico-cultural ainda exerce influência sobre as relações sociais, configurando a identidade, o modo de ser e de produzir do grupo. Programas de preservação da língua e dos costumes dos imigrantes, e de continuidade à natureza das atividades produtivas implantadas pelos

pioneiros, fazem parte das peculiaridades dessas organizações. A Cooperativa Agrária também apresenta essa forma de associação inspirada no cooperativismo europeu iniciado no século XIX.

Como outras cooperativas agroindustriais de grande porte, a Agrária se reproduziu em meio ao capitalismo e vem obtendo bons faturamentos, como em 2011, quando atingiu a ordem de R\$ 1,2 bilhão. Os direcionamentos das práticas organizacionais são fortemente influenciados pelas dinâmicas dos grandes mercados nacionais e internacionais. A produção de cereais tem sido o foco dos negócios da Cooperativa Agrária desde o início das atividades. A cooperativa concentra-se na produção de milho, soja, trigo e cevada cervejeira na maltaria Agromalte, entre as maiores do Brasil. A cevada é considerada pela Cooperativa Agrária um de seus pilares de sustentação, abastecendo cerca de 20% a 30% do mercado interno. Nesse ponto, a Cooperativa Agrária assemelha-se às demais cooperativas agroindustriais paranaenses, produzindo *commodities* agrícolas mais rentáveis para os negócios globais.

Por outro lado, a Agrária difere em relação à maioria das cooperativas de imigrantes por não diversificar a produção. Esse direcionamento trouxe, ao longo de seis décadas, algumas implicações como aumento do percentual de médios e grandes produtores associados, atualmente em torno de 70% do total de 549 cooperados (incluindo os ativos e inativos), número divulgado até o final do exercício de 2011, contribuindo com a concentração fundiária em Entre Rios. Conseqüentemente, esses modos de agir cotidianos dos suábios do Danúbio, e as formas de organização sobre o espaço em torno da cooperativa, fizeram emergir conflitos de ordem simbólica e material, conformando territorialidades.

Nessa abordagem a revisão bibliográfica foi essencial, constituída por autores da geografia, sustentáculos da investigação, mas também por teóricos de outras áreas como a economia, administração, história e sociologia. As leituras demonstraram a amplitude do conceito de território, balizador desta investigação, e sua variante, qualificação ou ainda, derivação, a territorialidade. Autores como Haesbaert (2004), e Saquet (2003) analisam o território como sendo espaços onde se desenvolvem as ações humanas caracterizadas por relações de poder. Essas relações de poder manifestam-se de forma social, política e econômica, sendo que esta última assume o caráter mais evidente no

processo de territorialização dos suábios do Danúbio, em torno da Cooperativa Agrária Agroindustrial.

O estudo foi realizado por meio de pesquisa qualitativa obtida a partir de documentos existentes sobre a cooperativa e depoimentos de pessoas que têm ou tiveram com relações com ela. Assim sendo, dentre os 549 cooperados foi selecionado um grupo de 54 agricultores, ou 10% desse universo, independentemente das categorias de pequeno, médio ou grande produtor rural. Foram entrevistadas 24 pessoas, entre eles cooperados e ex-cooperados e moradores da cidade de Guarapuava. Desse grupo foram extraídos e utilizados no trabalho sete depoimentos a partir de um ponto de saturação, ou seja, momento em que o material obtido permitiu identificar as estratégias territoriais e os processos relacionais da Cooperativa Agrária, podendo com isso, simplificar as análises.

Os depoimentos foram fundamentais para que algumas respostas fossem obtidas a partir das hipóteses aventadas. Diálogos e a sistemática de entrevistas com perguntas abertas e semiestruturadas com cooperados e ex-cooperados suábios do Danúbio constituíram a base empírica da pesquisas, realizadas no trabalho de campo.

O recorte temporal compreende a década de 1950, época em que o governo paranaense deu grande impulso à instalação de colônias agrícolas de imigrantes até os dias atuais, nos quais a Cooperativa Agrária continua recebendo incentivos públicos. São seis décadas marcadas em seus processos territoriais e relacionais por alto grau de evolução técnica, êxito econômico no mercado interno e externo, mas também por crises financeiras que abalaram as relações sociais. Todo esse conjunto de ações se reflete localmente, de alguma forma, no distrito de Entre Rios.

O território e as territorialidades abordados pela perspectiva econômica

Embora os teóricos da geografia defendam divergentes pontos de vista em relação à concepção de território, a maioria converge no sentido de dizer que o conceito pressupõe relações de poder manifestadas por pessoas ou grupos, indo além do poder político configurando e agindo sobre territórios. Esse pensamento também é compartilhado nesse trabalho. Em meio a interpretações singulares do território, julgou-se que dois pesquisadores contemporâneos, Saquet (2003, 2004 e 2007), e Haesbaert (2004) apresentam teorizações que sintetizam a construção conceitual sobre o tema

abordado na pesquisa. Para Haesbaert (2004), em qualquer acepção, o poder político, no sentido mais concreto (de dominação), quanto o poder no sentido mais simbólico, (de apropriação) está relacionado ao território:

Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2004, p.95-96).

Saquet (2003), por sua vez, tem uma das mais amplas concepções de território. Em suas pesquisas o autor interliga as vertentes jurídico/política, econômica e cultural, como em Haesbaert (1997), e ainda inclui a vertente da natureza influenciando a produção do território:

Um território não é construído e, ao nosso ver, não pode ser definido *apenas* enquanto espaço apropriado política e culturalmente com a formação de uma identidade regional e cultural/política. Ele é produzido, ao mesmo tempo, por relações econômicas, nas quais as relações de poder inerentes às relações sociais estão presentes num jogo contínuo de dominação e submissão, de controle dos espaços econômico, político e cultural. O território é apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização (SAQUET, 2003, p. 24).

Contudo, para Saquet (2003), há momentos em que os aspectos políticos e econômicos é que são privilegiados. Sobre a necessidade de uma articulação tampo-espacial-territorial e aspectos da economia, política e cultura (EPC) na abordagem geográfica do desenvolvimento econômico, Saquet (2003 e 2004) assinala que entre as três dimensões indissociáveis na análise do território, é preciso ‘explorar’ um pouco mais a dimensão econômica e o processo de territorialização:

[...] Não podemos negligenciar as desigualdades, intimamente ligadas à reprodução da dominação da classe hegemônica e aos territórios efetivados pelos *agentes econômicos* através de suas relações sociais no mercado a partir do (*ou no*) processo produtivo. Estes agentes substantivam redes de relações, dinâmicas econômicas, *no* e *do* território dominando produtores diretos, intermediários, a circulação e consumidores (SAQUET, 2004, p. 127-128).

Seguindo esse pensamento, priorizou-se na pesquisa o enfoque econômico inerente ao modo capitalista de produção que se fez presente no processo de territorialização da Cooperativa Agrária Agroindustrial, e sua manifestação na forma de

territorialidades, derivações que não precisam estar necessariamente dissociadas na análise acerca do tema.

Isso não significa que o aspecto simbólico-cultural tenha sido menosprezado na investigação, pois ele está presente na gênese da Cooperativa Agrária Agroindustrial, fundada pelos imigrantes suábios do Danúbio. Nas colônias do distrito de Entre Rios, os suábios do Danúbio, com seus ritmos cotidianos e dinâmicas materializados pela preservação de tradições e uso de um dialeto próprio, tentam perpetuar aspectos do modo de vida europeu (germânico, principalmente) dos seus antepassados, tais como as relações de cooperação. Ainda, nesse processo cultural, estão muitas práticas agrícolas adotadas pela Cooperativa Agrária. Não foram desconsiderados também aspectos políticos atuando no âmbito do agronegócio cooperativo e sobre a cooperativa, os cooperados e o distrito de Entre Rios.

Embutida no conceito de território, a territorialidade, essa derivação ou característica, também está envolta em muitas interpretações. Se o termo fosse resumido a um elemento que confere identidade ao território (SOUZA, 1995), por uma perspectiva cultural, poderia ser dito que os imigrantes europeus que vieram ao Brasil em um grande movimento migratório na década de 1950, e se estabeleceram em colônias agrícolas, têm uma identidade própria construída na relação simbólica com o território apropriado. Entretanto, esse é apenas um dos aspectos que podem ser abstraídos ao serem estudadas as ações de grupos sobre um determinado espaço.

Compartilhando do pensamento de Haesbaert (2004), buscou-se com a pesquisa compreender como a Cooperativa Agrária Agroindustrial se apropria de um território, nele se articula e se reproduz, construindo diversas territorialidades. Na visão do autor existem múltiplas territorialidades, ou seja, diferentes sujeitos se ocupam dos territórios por razões de ordem econômica, política e cultural, sendo que as duas últimas merecem destaque em suas abordagens.

Observando o pensamento de Saquet (2004, p. 140), é possível entender que a territorialidade “é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, na Igreja, na família, na escola etc., resultado e condição do processo de produção de cada território, de cada lugar”. O autor afirma também que é preciso apreender a questão econômica em suas conexões internas, as relações, as redes, na

abordagem geográfica do desenvolvimento econômico, um dos focos de atenção desse teórico, principalmente, tratando-se da compreensão das manifestações territoriais do desenvolvimento econômico. Enfoque que oferece importantes considerações para o caso em estudo:

A territorialização é marcada pelo movimento de apropriação e reprodução de relações sociais. Desta forma, a definição de territorialidade extrapola as relações de poder político, os simbolismos dos diferentes grupos sociais e envolve, ao mesmo tempo, os processos econômicos centrados em seus agentes sociais. A territorialidade significa continuidade, (i) materialidade, no (s) tempo (s), na (s) temporalidade (s) e no (s) território (s), no movimento relacional - processual. (SAQUET, 2007, p. 164).

Por essa abordagem, os fenômenos da territorialidade econômica podem ser explicados por meio da “divisão do trabalho, das especializações produtivas e da diferenciação do capital social” (FAJARDO, 2008, p. 43). Processo territorial esse, presente na agricultura capitalista, globalizada, na qual estão as grandes cooperativas agropecuárias e agroindustriais paranaenses, constituídas por imigrantes.

A apropriação do território pela Cooperativa Agrária Agroindustrial

A ideia de criação da Cooperativa Agrária Agroindustrial (Figura 1) surge ainda na Europa do século XVIII, e está intimamente ligada à história dos suábios do Danúbio. Como relata Gora (2010, p. 25 a 31), esse povo vivia na região da Suábia que hoje é o estado de Baden-Württemberg, na Alemanha.



Figura 1. Vista parcial da cooperativa, com sede na colônia Vitória, no distrito de Entre Rios, município de Guarapuava. Fonte: KAMINSKI, Marisa (2012).

A partir de 1720 emigrou para a Hungria, a Romênia e ex-Iugoslávia, por conta da falta de políticas agrícolas em seus países de origem que permitissem o sustento das famílias. Nessas nações, tal grupo viveu até o século XX e passou pela miscigenação étnica, até que na II Grande Guerra Mundial se refugiou na Áustria, de onde emigrou para o Brasil.

Conforme Stein (2008, p. 49) “após o final da Segunda Guerra Mundial, o Brasil tornou-se um dos destinos de refugiados oriundos de diversas partes do continente europeu”. Elfes (1971) assinala que a mobilização dos suábios do Danúbio ocorreu graças aos incentivos de uma organização europeia de ajuda aos refugiados de guerra e dos governos da Alemanha e do Brasil. Em 1951, o presidente em exercício Getúlio Vargas financiou o projeto de colonização dos suábios do Danúbio, por meio do Banco do Brasil.

A subvenção da *Swiss AID/Schweizer Europahilfe* (Ajuda Suíça para a Europa), foi de aproximadamente 9 milhões de francos suíços “para a compra de uma área de 22 mil hectares, composta por matas e campos, além de máquinas, transporte e construção das casas” (GORA, 2010, p. 30). As cifras desse orçamento à época eram significativas, incluindo somas para o estabelecimento da colônia “6,5 milhões de francos suíços, mais uma ajuda especial de 800.000 francos suíços para o transporte marítimo dos imigrantes”, (FRIEDRICH, 2005, p.71) além de outros recursos advindos de organizações estrangeiras. O autor destaca que muitos desses auxílios foram concedidos sem exigência de retribuição, o que mais tarde passou a fazer parte do capital da cooperativa quando os agricultores pagaram suas dívidas. Os recursos incluíam, ainda, a aquisição de caminhões, um gerador de energia movido a vapor e outras máquinas. Tratores de esteira e implementos agrícolas foram emprestados pelo governo paranaense.

Com esses aportes financeiros, cerca de 500 famílias de imigrantes, ou, mais de 2.400 pessoas vieram para o Brasil distribuídas em sete navios. O governo do Paraná deu um grande impulso à vinda de estrangeiros, particularmente dos suábios do Danúbio, na década de 1950, tendo em vista uma série de fatores, dentre eles, a polêmica modernização da agricultura segundo as abordagens de Graziano da Silva (1982). A primeira leva de suábios, ao todo 222 pessoas, chegou em Guarapuava em

junho de 1951 e ficou alojada provisoriamente no Colégio de Aplicação Visconde de Guarapuava, e os últimos suábios chegaram em 1952.

Esse povo ocupou os campos de Guarapuava, onde hoje está o distrito de Entre Rios, formando o que Elfes (1971) classificou como a maior colônia agrícola implantada em termos demográficos no Brasil. O distrito fica distante aproximadamente 30 quilômetros ao sul da sede do município, em uma área de 861,83 km², equivalente a 28,22% do total do município (GUARAPUAVA, PMG, 2007), na confluência dos rios Jordão e Pinhão, advindo daí seu nome. A localidade só foi criada pela lei estadual n.º 4583, de 27 de junho de 1962 e anexado ao município de Guarapuava. Seguindo pela PR 170, principal via de acesso a Entre Rios, chega-se nas cinco colônias denominadas com base nos nomes das fazendas que ali existiam chamadas de Jordãozinho, Samambaia, Vitória (sede da cooperativa até os dias atuais), Cachoeira e Socorro. Cada uma dessas comunidades tinha uma pequena cooperativa local, que depois foram unificadas formando a Cooperativa Central Agrária (ELFES, 1971).

Abreu (1986) retrata em sua obra que aos suábios foram oferecidas inúmeras vantagens do lugar. Dentre elas estava a proximidade com os grandes centros de comercialização e com os rios Jordão e Ivaí, facilitando o acesso à água e a construção de pequenas usinas de geração de energia hidrelétrica, bem como oferecimento de infraestrutura de estrada de ferro e asfaltamento da rodovia BR 277, ligando Ponta Grossa a Foz do Iguaçu, com entroncamento em Guarapuava (ABREU, 1986, p.158). Conjuntura favorável que não havia sido oferecida aos agropecuaristas do local.

A territorialização, ou seja, o processo de instalação da Cooperativa Agrária em Entre Rios foi sendo orquestrado desde a visita da comitiva de imigrantes, comandada pelo homem que viria a ser o primeiro presidente, senhor Michael Moor, no início de 1951. A organização espacial da referida cooperativa ocorreu a partir do ato de fundação da Cooperativa Central Agrária Ltda, primeiro nome da cooperativa, no dia 5 de maio de 1951, no antigo Hotel Central, em Guarapuava, e foi assentada na coesão cultural desse grupo de imigrantes suábios do Danúbio em torno do estatuto da organização e dos princípios cooperativistas. Só alguns meses depois chegaram as primeiras famílias.

Inicialmente, a organização foi registrada como Cooperativa Central Agrária Ltda, nome que foi substituído depois por “Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda” (GORA, 2010, p.70). De acordo com o autor, o primeiro passo dos imigrantes, dentro da concepção de uma estrutura camponesa, foi dado com o intuito de organizar a vida em comunidade. Para tanto, os colonos criaram infraestrutura de estradas, casas, pequenos estabelecimentos comerciais e industriais como serrarias, além de escola, hospital e as primeiras igrejas, símbolos da religiosidade presentes no cotidiano dos imigrantes. A escolha do local da colônia se deu por conta de alguns fatores como as terras planas permitindo a mecanização, capacidade de correção de acidez e pobreza de material orgânico, condições climáticas passíveis de adaptação ao tipo de agricultura praticada na Europa. Outro atrativo do lugar foi possibilitar a subdivisão em comunidades próximas umas das outras, mantendo os vínculos étnico-culturais. A proximidade das colônias, entre 5 e 10 quilômetros, é uma clara estratégia dos suábios em facilitar a comunicação, o acesso, a comercialização e escoamento das safras, bem como, no sentido simbólico de manterem-se unidos em suas manifestações culturais de preservação das raízes (Figura 2).

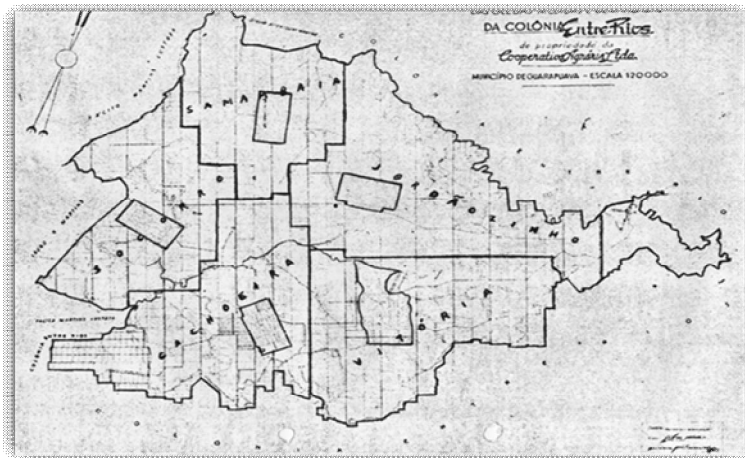


Figura 2. Cadastro das áreas das colônias de Entre Rios, Guarapuava-PR, em 1970.
Fonte: AGRÁRIA, Museu, 1970. Extraído de GORA, Anton (2010, p. 67).

Em síntese, esse sistema de divisão territorial é uma forma de demarcação e apropriação do território, como um modo de reproduzir o sistema de produção, mas também fortalecer as relações étnicas e culturais entre o grupo.

Tomando-se o cuidado de não entrar no terreno das discussões fenomenológicas, foram feitos alguns comentários sobre questões culturais que envolvem esse grupo social, que afinal, é o sujeito que se organiza e materializa suas ações por meio da Cooperativa Agrária que o representa. As línguas portuguesa e *hochdeutsch* (alemã clássica), bem como a inglesa e espanhola são ensinadas no colégio Imperatriz D. Leopoldina, mantido pela cooperativa. Já, nas relações familiares, os suábios falam o *schwowisch*³, sendo “a comunidade de Entre Rios uma das últimas no mundo que ainda mantém o dialeto” (GORA, 2010, p. 81-82).

A língua foi uma das barreiras na interação da comunidade suábica em Guarapuava. Martins (1992, p. 11), afirma que esses imigrantes foram hostilizados por parte “de uma sociedade de tradição corporativa, carregada de preconceitos sociais, que não passou pelos processos revolucionários que, em outros lugares, levaram à disseminação da igualdade, da contratualidade nas relações sociais e da cidadania”. Contudo, tais hostilidades podem ter sido geradas nas formas de domínio nesse processo de ocupação do território. Martins (1992) assinala que o processo de posse da terra para fins da colonização não transcorreu de forma tranquila. Muitas negociações por parte da comitativa de instalação da cooperativa foram feitas com os fazendeiros do município, tendo o governo do Paraná como grande intermediador.

O governador Bento Munhoz da Rocha ofereceu terras no Norte do estado para produção de café em troca da área de Entre Rios, e acabou convencendo os agropecuaristas locais a deixarem as terras para os imigrantes. Martins (1992) afirma que as terras, até então doadas aos imigrantes, foram tiradas dos fazendeiros e que a desapropriação foi feita de uma forma conflituosa:

A princípio os fazendeiros se opuseram a aceitar o decreto governamental, pelo fato de que haviam recebido aquelas terras de seus antepassados e eram excelentes fazendas de criar, dotadas de bons campos de pastagens, pinheiros, imbuías e outras madeiras de lei, e ainda porque era o único meio de subsistência de suas famílias. (...) os fazendeiros após efetuarem a venda de suas terras, requeriram ao governo do Estado, a medição das terras do norte do Estado e a documentação necessária para obterem o título das mesmas no prazo de 6 meses. Entretanto, passado o período estipulado no

acordo firmado entre as duas partes, os fazendeiros não haviam recebido resposta alguma do governo em quase um ano ficando estes sem poder desenvolver suas atividades agropastoris pelo fato de dependerem dessa legalização oficial (MARTINS, 1992, p. 72).

O referido autor relata ainda que, assim como os fazendeiros receberam a imposição de vender suas terras, “aproximadamente 40 famílias de descendentes de escravos ficaram desabrigadas, pois, viviam estas sob a proteção e amparo dos proprietários das fazendas, que cediam alguns alqueires de terra para aqueles cultivarem” (MARTINS, 1992, p.72) ⁴.

Essas ações estão entre as grandes interferências dos suábios do Danúbio na paisagem de Entre Rios. Depois de estruturarem as colônias em Entre Rios é que os cooperados dedicaram-se ao trabalho agrícola. Entretanto, ao otimismo da chegada seguiu-se um clima de desmotivação. Segundo Gora (2010), em meados dos anos de 1950, mais da metade das famílias reemigrou para outros centros de industrialização brasileiros e para a Europa. Esse processo se acentuou em 1962, quando 42 famílias abandonaram as colônias (COOPERATIVA AGRÁRIA, 2004). As causas do fenômeno também são abordadas por outros autores. Para Stein (2008), o principal foco de tensões estava relacionado à medição das terras, concluída em 1952, que não levou em conta a topografia e a localização dos terrenos, sendo realizada tal divisão por meio de sorteio. Por essa sistemática caberia a cada colono terrenos de 25 a 30 hectares (GÄRTNER, 2009).

De acordo com Stein (2009), no sorteio alguns colonos ficaram com áreas melhores em termos de topografia, fertilidade do solo e acesso à água ou ainda à facilidade de deslocamentos. Outros não tiveram a mesma sorte não conseguindo crescer econômica e financeiramente, o que gerou uma relação de desconfiança entre cooperados e a direção da cooperativa. Essa forma de divisão territorial acabou criando desigualdades:

O sistema de sorteio dos lotes fazia com que o camponês individual não tivesse qualquer possibilidade de influir na escolha de suas terras agrícolas ou pastoris, já que sua posse dependia exclusivamente da boa ou má sorte. Dessa forma podia acontecer que, por exemplo, um apaixonado criador de gado recebesse terras próprias para a agricultura ou, vice e versa, um agricultor tradicional ganhasse lotes de bons pastos para a criação (ELFES, 1971, p. 51).

Outro fator de desmotivação foram os prejuízos resultantes das primeiras safras. A primeira cultura testada foi o arroz de sequeiro, que iniciou um novo ciclo

econômico, mas foi abandonada já na década de 1960, principalmente porque essa cultura era pouco rentável no mercado internacional. Paralelamente, a cooperativa iniciou experimentos com trigo, além da batata e do tremoço⁵, repetindo as frustrações. Na década de 1960, ocorreu a introdução de alguns tratores, e mesmo com a aquisição de 30 colheitadeiras da Alemanha pela Cooperativa Agrária, alguns anos depois, as expectativas não foram satisfeitas, porque o tamanho das terras distribuídas para os cooperados era considerado insuficiente para a mecanização:

Quando as colônias foram fundadas e as terras compradas, cada casal podia ficar com 15 hectares para o plantio (mais 8 hectares por filho homem e 4 hectares por filha mulher), além de mais 1 hectare de lote suburbano e 4 hectares de mata para reserva legal. O lote suburbano era usado para pasto. Da área de reserva era extraída a madeira (GORA, 2010, p. 70).

O diretor-presidente da Cooperativa Agrária, senhor Jorge Karl (2011)⁶ lembra que, na época, muitos cooperados passaram a arrendar áreas maiores em municípios vizinhos, iniciando um processo de expansão das fronteiras agrícolas⁷. Os cooperados que não fizeram o arrendamento por falta de recursos acabaram deixando a colônia. As terras foram compradas pelos que ficaram, aumentando em muito o patrimônio desses cooperados. Quatro décadas depois (COOPERATIVA AGRÁRIA, 2004, *apud* FRIEDRICH, 2005)¹, foi possível observar o crescimento vertiginoso do tamanho médio das propriedades terras em poder da cooperativa.

O levantamento apontou que os grandes agricultores possuíam áreas acima de 500 hectares; os médios em torno de 201 a 500 hectares e os pequenos áreas em torno de 61 a 120 hectares. Os dados coletados pela própria cooperativa demonstraram ainda a distribuição de terras por cooperado em Entre Rios, sendo que 22% detinham acima de 500 hectares; 30% de 201 a 500 hectares; 20% de 121 a 200 hectares; 16% de 61 a 120 hectares, e 12% até 60 hectares.

Na Cooperativa Agrária, de acordo com o senhor Jorge Karl (2011), em torno de 90% dos 549 associados são de descendência suábica, sendo que a maioria se enquadra na média propriedade (acima de 50 hectares), e hoje, o tamanho das propriedades varia entre 50 hectares e 6 mil hectares. Atualmente, o campo de atuação

¹ Obra original COOPERATIVA AGRÁRIA MISTA ENTRE RIOS. **Agrária: Relatório 2004**. Guarapuava: Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda, 2004 f.

dos cooperados ultrapassa as fronteiras do município. A área ocupada pela cooperativa é estimada em 160 mil hectares, incluindo propriedades de alguns grandes produtores associados em cidades vizinhas, e até em outros estados como Mato Grosso do Sul. Uma noção da abrangência e dominação do território por parte da cooperativa pode ser dada pelo Censo Agropecuário (IBGE, 2006), que apontou que todos os estabelecimentos agropecuários no município de Guarapuava ocupavam uma área de 147.734 hectares. A cooperativa possui a grande porção.

Essa concentração fundiária ocorreu em todo Paraná, intensificando-se após década de 1950, com a expansão de tecnologias modernas dos centros urbanos em direção ao campo. Com isso, as terras agricultáveis do país passaram a se concentrar nas mãos de uma parcela minoritária da população que detem o capital e os meios de produção. Segundo Gora (2010) esse fato gerou uma das maiores crises nas relações sociais da cooperativa, que precisou implantar um projeto chamado de reforma agrária pacífica⁸.

O autor explicou que a proposta fundiária funcionava mais ou menos assim: a cooperativa comprava grandes áreas de terra mediante financiamento pelo Banco Regional de Desenvolvimento Extremo Sul (BRDE) e dividia-nas em áreas menores entre cooperados, que tinham prazo de 12 anos para pagar com produção. A reestruturação fundiária promoveu a capitalização da cooperativa e de seus associados, fortalecendo a classe dos médios produtores, mas criou uma situação de desigualdade entre os cooperados, agora divididos em classes em que a terra, na análise de Ianni (1978) ocupa lugar central e é uma forma de afirmação de poder de um grupo.

Diante dessas e outras situações observamos que nem sempre a coesão cultural predominou na associação cooperativista. A reprodução sócioeconômica das famílias de suábios foi a principal motivação do processo migratório para Entre Rios, e as dificuldades produtivas acabaram abalando a corporação e as relações familiares:

[...] muitos produtores foram contrários ao projeto e se desligaram da cooperativa. Essa era uma forma cruel e equivocada de fazer cooperativismo, porque esses produtores queriam que os pequenos fossem engolidos para servirem como mão-de-obra barata (GORA, 2010, p. 52).

Tais conflitos acentuaram-se com a chegada das décadas de 1970 e 1980, marcadas pelas grandes transformações no campo da agropecuária brasileira, notadamente pela inserção dos conceitos de agribusiness, complexo agroindustrial e/ou sistemas agroindustriais, alterando os modos de produção e as relações de trabalho. Nesse sentido, a Cooperativa Agrária criou um sistema agrícola e agroindustrializou a produção de trigo e soja, seguidos pela cevada, aveia e milho em subprodutos. Do trigo, a cooperativa passou a produzir farinha, da cevada o malte cervejeiro, da soja o óleo e o farelo para alimentar os animais no projeto de suinocultura.

Nessa trajetória esteve à frente o senhor Mathias Leh, presidente que ocupou o cargo por maior tempo, de 1966 até seu falecimento em 1994. A morte do presidente coincidiu com graves problemas conjunturais econômicos e financeiros do Brasil na década de 1990, que afetaram muitas cooperativas agropecuárias (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Os bancos renegociaram e a crise foi superada em dois anos, com o apoio de 85% dos cooperados, mas outros 15% se viram em uma situação mais difícil, uma vez que as dívidas eram altas e a capacidade de pagamento limitada, “sendo preciso outra renegociação para que eles pudessem manter-se na atividade” (GORA, 2010, p.213). Entre 1998 e 1999, novas eleições foram realizadas, e desde então, o diretor-presidente da cooperativa é o senhor Jorge Karl. Segundo o presidente, a Agrária tinha um endividamento de quase o dobro de seu faturamento, e cerca de dez a 20 vezes seu patrimônio.

Depois da quase insolvência, a cooperativa se estabilizou financeiramente. A Cooperativa Agrária abandonou paradigmas aplicando novas técnicas de produção, mas também novas formas de gestão, visando obter vantagens competitivas por meio de algumas estratégias. A natureza de uma organização cooperativista passa a caminhar junto a uma nova visão empresarial. Do contexto de cooperativa formada por imigrantes e suas peculiaridades organizacionais e culturais, a Cooperativa Agrária passou a integrar o Complexo Agroindustrial (MÜLLER, 1989) e modificou a paisagem rural de Guarapuava por processos de transformação da estrutura produtiva e fundiária, inserindo o município no cenário da produção estadual de *commodities* agrícolas.

Hoje, a Cooperativa Agrária segue na mesma linha de outras cooperativas agropecuárias paranaenses com faturamento anual acima de R\$ 1 bilhão, e mudou sua

razão social incorporando o termo agroindustrial em agosto de 2007⁹. O faturamento bruto da cooperativa que girava na ordem de R\$ 1,041 bilhão (COOPERATIVA AGRÁRIA, 2010) passou para R\$ 1,273 bilhão (COOPERATIVA AGRÁRIA, 2011).

Tal faturamento é atribuído à produção de grãos. Na safra 2010/2011, o milho representou o maior volume de produção, com aproximadamente 334 mil toneladas. Nos planos de expansão para a produção de milho, a cooperativa iniciou em 2012 a construção de uma indústria de beneficiamento, cujos investimentos somam R\$ 69,1 milhões. A obra conta com financiamentos do BRDE, do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop), e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A indústria terá capacidade de processar 180 mil toneladas de grãos por ano de derivados de milho como *grits* cervejeiros e *flakes* laminados¹⁰.

A produção de soja apareceu em segundo lugar, com mais de 287 mil toneladas, mas a cevada é considerada como principal produto da Agrária: com uma produção de 135.449 toneladas, abasteceu quase 30% da produção total do Brasil. O senhor Jorge Karl (2011) atribuiu ao momento favorável da produção de cevada, o fato do cereal abarcar todo o ciclo desde a pesquisa até a comercialização final do malte.

A produção diária de malte na Agrária é de aproximadamente 260 toneladas. O cereal é usado na composição de farinha para panificação, na produção de medicamentos, na formulação de produtos dietéticos e na alimentação animal, mas sua principal utilização é mesmo na indústria cervejeira, como na Companhia de Bebidas das Américas (AmBev). O grão também abastece pequenas cervejarias da região.

A cooperativa também trabalha com produtores rurais não cooperados que participam dos programas de fomento da cevada e do trigo. São 65 agricultores que participam do programa de trigo e que somam 6.400 hectares, e 50 no fomento à cevada que juntos detêm 3.100 hectares. Outras nove empresas, sendo três cooperativas e seis revendas de produtos agropecuários, também fazem parte desse programa (COOPERATIVA AGRÁRIA, 2011).

Em suas estratégias, a Cooperativa Agrária tem investido em processos de internacionalização e de expansão de suas territorialidades. Em 1995 firmou *joint venture*, contrato de um empreendimento em um projeto comum, de curta ou longa

duração, com prazo determinado, com a Dalland do Brasil, empresa de origem holandesa de melhoramento genético de suínos. Desde 2004 a parceria é com a IREKS do Brasil, cuja produção está voltada para a linha de misturas para panificação e confeitaria.

No campo das pesquisas mais recentes, a partir de 2011 a cooperativa iniciou algumas pesquisas com feijão envolvendo 33 cooperados, e com tomate. Entretanto, outras cooperativas paranaenses agropecuárias agroindustriais, e dentre elas, algumas fundadas por imigrantes adotam sistemas de diversificação, fazendo a integração lavoura e pecuária. Na Agrária existem apenas 6 das 23 granjas de suínos que funcionavam em 2007 (COOPERATIVA AGRÁRIA, 2010, p. 40), e não há outros projetos dessa natureza. A diversificação da produção teve início na década de 1990 (REVISTA FAE BUSINESS, 2005), como uma atitude visando minimizar grandes problemas causados pela abertura da economia ao capital internacional; confisco da poupança; escassez de crédito; juros altos; recessão; além dos prejuízos decorrentes de frequentes quebras nas safras.

Entre as cooperativas fundadas por imigrantes que praticam a diversificação está a Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum Ltda e a Cooperativa Castrolanda, na mesorregião Centro-Oriental do Paraná. A Cooperativa Agrária e a Cooperativa Castrolanda por exemplo¹¹, possuem muitas diferenças. Se na essência, seguem praticamente as mesmas regras estatutárias¹², na prática é possível observar algumas diferenças de estratégias entre as empresas. Em primeiro lugar, as cooperativas divergem em relação à natureza das atividades. Se na Cooperativa Agrária o *core business*¹³ são os cereais, na Cooperativa Castrolanda ocorre “diversificação planejada, através da integração agropecuária e melhor aproveitamento da capacidade produtiva e criação de fontes alternativas de rendas” (CASTROLANDA, 2011, p. 14).

Também inserida no agronegócio com a produção de grãos, a Cooperativa Castrolanda oferece aos cooperados essas alternativas de geração renda nas pequenas propriedades, como foi possível observar em algumas propriedades visitadas. Na Castrolanda, cerca de que 70% dos cooperados não descendem de holandeses, e do total dos associados perto de 70% (717 cooperados) estão classificados como pequenos produtores com propriedades de até 50 hectares. Todavia, não é possível afirmar que

essa forma de atuação visando aliar tradição com modernidade esteja minimizando o choque entre os aspectos econômicos, culturais e ideológicos do cooperativismo.

A opção pela produção de cereais não é vista pela diretoria da Agrária como entrave para a rentabilidade das pequenas propriedades. Na opinião do senhor Jorge Karl (2011), não existe interesse por parte dos cooperados em experimentar novas culturas por uma série de questões, tais como, melhor controle dos custos já que muitas das tarefas ele mesmo executa, a não necessidade de mão-de-obra e do uso intensivo de máquinas.

Maioria dos entrevistados discorda desse pensamento. O senhor Anton Gora (2011)¹⁴ defende a diversificação da produção. Para o cooperado, ainda que estejam relativamente capitalizadas, dependendo das oscilações do mercado de *commodities* agrícolas, as pequenas propriedades poderão sofrer impactos negativos caso não tenham alternativas à produção de cereais. Além do mais, informações e treinamentos nem sempre atingem a todos os cooperados:

O grande tem mais facilidade de chegar às informações e pode exigir que seus anseios sejam satisfeitos. Já o pequeno não sabe nem como cobrar o que deseja. Por sua vez, a assistência técnica não se esforça para repassar para o pequeno as mesmas informações sobre comercialização, questões ambientais e outras que fazem parte da atividade. O pequeno cooperado se tiver uma queda muito grande da soja, vai ser o mais prejudicado. Seu padrão de vida econômico vai cair e isso pode gerar não o empobrecimento, mas um problema nas relações sociais. [...] O cooperado da Agrária está em melhores condições que outro não associado a ela. Porém, penso que o pequeno também tem que pensar em crescer, e esse *boom* da soja com os preços bons um dia vão terminar. Se a soja é um bom negócio hoje, quem está fora quer entrar, e haverá nova super oferta, conseqüentemente, os preços vão cair. É muito perigoso para uma atividade ficar dependendo de um só produto, que no nosso caso, são os grãos. São vários grãos, mas é preciso diversificar até para que a pessoa seja mais empreendedora (ANTON GORA, cooperado, 2011).

A senhora Maria (2012)¹⁵, proprietária de uma área de 50 hectares na qual planta soja e milho, tendo 34 hectares arrendados para a produção de trigo e cevada, confirma que já participou de algumas reuniões onde o assunto foi discutido, porém, argumenta que as informações ainda carecem de maior clareza:

Penso que a Agrária poderia implantar outras alternativas para os pequenos produtores. Estamos muito preocupados em diversificar, que é o futuro nas grandes cooperativas. Já participamos de algumas reuniões organizadas pela cooperativa onde se discutiu a implantação de bovinocultura leiteira e de

corde, ou suinocultura associada à ovinocultura, porém, vimos que os investimentos são muito altos, em torno de R\$ 1 milhão. No papel é uma boa idéia, mas não temos capital para isso e a cooperativa não deixa claro como iria nos ajudar. Tem uns poucos cooperados que estão iniciando com hortaliças fora do âmbito da cooperativa e estão se dando bem (MARIA, cooperada, 2012).

A falta de alternativas à produção de grãos está entre fatores que propiciaram problemas de ordem financeira. Muitos produtores associados contraíram altas dívidas em decorrência da produção de monoculturas. A agricultura é um setor de grande volatilidade, cercado de riscos, causados por fatores naturais climáticos, como estiagens ou secas, geadas, chuvas excessivas, granizo, pragas e doenças na lavoura. Tais elementos contribuem com prejuízos financeiros. As chamadas causas naturais são responsáveis por muitas frustração de safras. Porém, os maiores riscos são as quebras de contratos realizados entre a indústria e os produtores para cobrir os custos operacionais de produção ou as oscilações de preços por meio de preços préfixados pelo mercado regulador. Com isso, o agricultor fica sujeito a não receber pela venda a prazo. As instituições financeiras, temendo a inadimplência, cercam-se de mecanismos de exigência na concessão de créditos rurais. Sem créditos e em dificuldades, o agricultor não consegue aumentar e melhorar a produção e pagar suas dívidas.

O pai da senhora Maria (2012) viveu situação semelhante, mas a cooperada considera que a situação da família poderia ter ficado difícil após o falecimento dele, se não houvesse o apoio dos serviços de comercialização, assistência técnica, armazenagem, e oferta de bons preços pagos pela cooperativa na entrega dos produtos. A agricultora disse que vem conseguindo equilíbrio financeiro, mas lamenta o fato dos filhos de outros pequenos cooperados estarem deixando a atividade por conta da falta de perspectivas de crescimento, ou por dificuldades financeiras da família, “procurando outras formas de sobrevivência fora da colônia, ou mesmo, em outras cidades e países” (MARIA, cooperada, 2012).

Ao contrário da cooperada Maria, o senhor José (2012)¹⁶, disse não ter tido o mesmo apoio da Cooperativa Agrária, e hoje encontra-se inativado, ou seja, possui matrícula mas não mais exerce a atividade agrícola¹⁷. Senhor José revela que chegou à beira da falência. Seus problemas começaram como muitos outros, principalmente entre 1994 e 1999, período em que cooperativa e cooperados haviam acumulado grande

endividamento. Localmente, a grande crise financeira que atingiu as cooperativas de todo país foi agravada pelo processo de transição de gestão na Cooperativa Agrária, envolto em muito celeuma:

Eu era pequeno produtor que não crescia por não me dar ao luxo de me endividar. Sempre mantive a situação controlada, inclusive no período de 1990. Quando fiz parte do Conselho fiscal cheguei a ter 200 hectares, sendo a maior parte arrendada porque eu não tinha dinheiro para tanta terra. Acabei saindo do conselho por discordar da forma como a cooperativa vinha sendo conduzida. Aí fiquei totalmente desamparado. Fiquei sem meu pró-labore, insumos e plano de saúde. Aí fui chamado para penhorar meus bens. Foi a gota d'água para eu me desligar da cooperativa. Depois, fui chamado para negociar as dívidas cujos juros eram muito altos. Tive que me desfazer de máquinas que eu tinha, que não eram novas, mas estavam em bom estado, para poder alimentar minha família. Era um dos poucos cooperados cuja dívida não era significativa, mas fui desativado por uma dívida de R\$ 35 mil, que em agricultura é pouco (JOSÉ, cooperado inativo, 2012).

A luta pela terra sofreu uma derrota em 2011, quando o entrevistado perdeu a propriedade que havia sido penhorada. Um ano depois ele conseguiu saldar a dívida com a cooperativa, “que ao final havia saltado para cerca de R\$ 190 mil” (JOSÉ, cooperado inativo, 2012). Hoje, o senhor José atua em outro segmento econômico. Para ele, os problemas da Cooperativa Agrária são de ordem da governança corporativa, ou seja, o conjunto de processos que envolvem políticas, leis, normas e regulamentos que determinam a maneira como uma empresa é dirigida, administrada ou controlada. Na opinião dele, os problemas administrativos na Cooperativa Agrária foram transcorrendo e aumentando ao longo dos anos.

Ainda, na visão do entrevistado, questões de ordem política também influenciaram as relações sociais na cooperativa. Desde o início da atual gestão, o senhor José acompanhou as principais demandas em relação à diretoria anterior, acusada de má administração, pois, “de fato, o presidente não estava agindo corretamente, mas o problema era anterior a ele” (JOSÉ, cooperado inativo, 2012). Friedrich (2005) tem outra versão para o endividamento ocorrido na cooperativa. Segundo ela, faltou controle de gastos por parte de alguns cooperados:

A cooperativa era proprietária dos postos de gasolina (em cada colônia existia um), além do supermercado, hospital, etc, conseqüentemente, ela oferecia crédito aos cooperados que podiam comprar tudo e jogar na conta safra para pagamento posterior. Até a compra de veículos de passeio era financiada pela conta safra. Esse descontrole levou muitos agricultores à financeiras, os

quais, anteriormente, tiveram seu capital avaliado em milhões, pois a maioria tinha vários implementos agrícolas e terras. Essas pessoas geralmente são homens de meia idade, em torno de 47 anos, com dois a três filhos já em idade adulta, alguns cursando faculdade, que perderam tudo e não mais têm condições de cuidar da inadimplência e muitos tiveram que se desfazer de seus bens para pagar as dívidas [...]. Entre os descendentes alemães existem pessoas com sérias dificuldades [...].(FRIEDRICH, 2005, p. 114).

Na versão do senhor José (2012), a maioria das gestões da cooperativa vem provocando distanciamento do princípio da gestão democrática e criando “um ambiente institucional predatório, onde um grupo de grandes cooperados engole os pequenos, centraliza o poder e toma as decisões, beneficiando alguns e não a massa cooperada”.

O senhor João (2012)¹⁸ é ex-cooperado. Veio da Europa com menos de dois anos, e aos 23 anos assumiu os negócios junto com a família, ante o falecimento do pai. O agricultor filiou-se à Cooperativa Agrária em 1971, foi membro do Conselho Fiscal e orgulha-se em ter contribuído com o crescimento da cooperativa. No ponto de vista dele, todas as cooperativas têm problemas e a na Agrária não é diferente. Em sua versão, a origem dos problemas na Cooperativa Agrária Agroindustrial está na forma de tratamento desigual dada aos cooperados:

No começo todo mundo se ajudava. Todos se uniram e começaram a construir. Éramos todos iguais. Não existia diferença entre pequenos, médios e grandes cooperados. Ninguém tinha dinheiro. Infelizmente, não existe uma cooperativa no Brasil que atue como tal: hoje, as cooperativas têm uns dez, quinze cooperados ricos que dominam tudo. Os pequenos só trabalham para pagar dívidas (JOÃO, ex-cooperado, 2012).

O entrevistado lamentou o fato de ter sido “expulso” por causa de dívidas. Na verdade, o processo de exclusão de um cooperado está previsto nos estatutos das cooperativas. Há quatro fatores que podem levar à exclusão quais são “por dissolução da pessoa jurídica; por morte do próprio associado; por incapacidade civil e, por deixar de atender aos requisitos de ingresso ou permanência na sociedade” (ALVES *et al.*, 2010, p. 12). Na interpretação dos autores, o associado pode ainda deixar de fazer parte da cooperativa se pedir afastamento, que poderá ser negado, caso esteja em débito com suas obrigações, ou ser eliminado quando comete “infração legal”, cabendo à diretoria comunicar essa decisão em um prazo de 30 dias. No período de trâmite do processo, o associado fica afastado até a decisão e aprovação em assembleia. Segundo o senhor

João (2012), a cooperativa alegou que ele possuía uma dívida de R\$ 600 mil, que o ex-cooperado contesta na justiça.

Os endividamentos começaram a partir do Plano Real com suas mudanças na economia, associadas aos problemas de estiagem, geadas e granizo. Como os demais cooperados e ex-cooperados que enfrentaram dificuldades, senhor João (2012) se mostra inconformado com ações da cooperativa:

Como eu era fiel à cooperativa, na última safra entreguei toda minha produção. Foram 10 mil sacas de soja e 7 mil sacas de milho, que juntas somavam R\$ 400 mil. Eu ia ficar devendo R\$ 200 mil e conseguiria pagar tranquilamente, além do que, o governo havia lançado o Recoop. Porém, na época, a cooperativa não entrou nesse programa. Fizeram uma securitização interna em que os cooperados, em torno de uns 100, que tinham dívidas para pagar em cinco, dez e 15 anos, se comprometiam a entregar a saca de soja para a cooperativa a US\$ 8 dólares durante dez anos, quando na época a cooperativa já negociava com o mercado a venda da saca de soja a R\$ 30 dólares. Tem gente pagando dívidas até hoje entregando soja a US\$ 8 dólares. A cooperativa requereu minhas terras. Entrei na justiça. Durante 14 dias eu só tinha pão com manteiga para comer de manhã, de tarde e de noite e, algumas vezes, passei fome mesmo. Já tinha minha família, filhos e netos. Daí, fui procurar serviço, mas só que eu tenho quatro anos de ensino primário. Naquela época só havia escola em Guarapuava e, faculdade em Ponta Grossa, Curitiba. Consegui arrumar um trabalho de motorista de caminhão e assim sobrevivi durante três anos (JOÃO, ex-cooperado, 2012).

Em primeira instância, o senhor João não obteve êxito na ação impetrada contra a Cooperativa Agrária, perdendo as terras, uma área de 140 hectares que obteve nos anos de 1970 por ocasião da reforma agrária interna. Depois de cinco anos a justiça decidiu em favor da causa do requerente, e o senhor João readquiriu a propriedade onde agora planta milho, soja e feijão. É pretensão dele, ainda, requerer as quotas-partes, a propriedade individual (privada) de cada cooperado sobre a cooperativa e que pode ser retirada nos casos de demissão, eliminação ou exclusão (ALVES *et al.*, 2010, p. 13). “Funcionava assim: se eu entregava mil sacas de soja, 1% ia para as quotas-parte. Esse valor a cooperativa aplicava em construção ou ampliação. Quando eu saí da cooperativa há 12 anos, tinha R\$ 750 mil de quotas-parte” (JOÃO, ex-cooperado, 2012). Nas palavras dos senhores João e José, esses procedimentos afetam sobremaneira as relações sociais na comunidade suábica.

Os depoimentos se somaram às observações a respeito de que, em decorrência dos seus modos de produzir e se relacionar, a Cooperativa Agrária Agroindustrial

alterou o cotidiano no distrito de Entre Rios como um todo, não apenas do grupo social. A cooperativa faz parte do contexto na qual está inserida, e se observar o princípio cooperativista de preocupação com a comunidade, deve garantir a sustentabilidade da comunidade no entorno. Isso pressupõe a participação efetiva em ações que se revertam em qualidade de vida para a população, neste caso, do distrito de Entre Rios.

Nos discursos legitimadores do poder, a imprensa¹⁹ associa a chegada dos suábios do Danúbio, e conseqüentemente, a instalação da Cooperativa Agrária em Guarapuava, ao progresso regional. Avanços que seriam representados pela criação de infraestrutura de estradas, abertura de pequenos estabelecimentos comerciais e industriais como serrarias, além de construção de casas, igrejas, escolas e hospital, a partir da “modernização dos sistemas produtivos” (SILVA, 2007, p.74). A tecnologia chegou aos campos pelas mãos dos imigrantes e dos programas de incentivo dos governos federal e estadual. O distrito de Entre Rios, antes da cooperativa, era relegado a uma área rural sem representatividade na economia local e estadual.

O distrito de Entre Rios apresenta uma infraestrutura semelhante a uma pequena cidade com ramos do comércio e serviços, escolas de ensino fundamental e médio, privada e a pública, atendimento de saúde dotado de um hospital e posto de saúde, e setores de segurança como posto policial e de corpo de bombeiros. Muitas casas dos suábios do Danúbio chamam a atenções dos visitantes, mas pouco lembram as casas modestas construídas nos primeiros anos da imigração, construídas em regime de mutirão.

A Cooperativa Agrária Agroindustrial (2011) divulga que sua parcela de contribuição ao distrito não foi apenas na área da estrutura produtiva, e divulga ações promovidas nas áreas sociais, de responsabilidade social, educacional e de saúde, além de apoio à cultura e ao esporte. Merece destaque entre as ações o apoio aos serviços de saúde. O Hospital Semmelweis, que é conveniado ao Sistema Único de Saúde (SUS) é uma das organizações pertencentes à Fundação Semmelweis, coligada ao Grupo Agrária, cujos repasses da cooperativa “chegaram a R\$ 1,1 milhão” (COOPERATIVA AGRÁRIA, 2011, p.61).

Na área social, a Cooperativa Agrária desenvolve o Programa Agrária de Integração Solidária (PAIS) considerado pela cooperativa como “uma das principais ações de responsabilidade social” (COOPERATIVA AGRÁRIA, 2011, p. 59-60). O

programa envolve os funcionários em ações assistenciais como campanhas de agasalhos e de alimentos a entidades beneficentes. O senhor Márcio Sequeira (2012)²⁰, presidente da Associação Central para o Desenvolvimento de Entre Rios (ACENDER), disse que as ações se dirigem a uma população onde aproximadamente 7.500 pessoas, consideradas de baixa renda e com baixo ou médio grau de escolaridade. O distrito possui 10.441 habitantes (BRASIL, IBGE, 2010), sendo cerca de 2.500 suábios do Danúbio.

Todavia, constatou-se que Entre Rios requer mais que ações filantrópicas. O aumento do número de moradores e suas necessidades básicas foram crescendo, à medida que a industrialização foi sendo orquestrada pela cooperativa. Tais iniciativas da Cooperativa Agrária amenizam, mas não resolvem sozinhas os problemas sociais existentes no local. A qualidade de alguns serviços públicos é precária. No final da década de 1970 foi implantado o sistema de abastecimento de água e esgoto pela Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR). Entretanto, se por um lado o serviço de abastecimento de água atinge praticamente todos os moradores de Entre Rios, o de tratamento do esgoto sanitário atende parte da população, pois, “as demais colônias que já tinham projetos e verbas garantidas para receberem rede de coleta de esgoto doméstico, não foram contempladas com tais obras” (MÁRCIO SEQUEIRA, presidente da ACENDER, 2012).

Os problemas aumentam em determinados períodos, como de chuvas intensas que causam inundações, e afetam principalmente as áreas periféricas da colônia Vitória, as chamadas “vilas dos brasileiros” (Nova Esperança, São João, Lemler, Machado e Degail). Tais localidades são formadas por “remanescentes de escravos não africanos, mas originários de São Paulo, Curitiba, etc. e por crioulos – filhos de escravos) e luso-brasileiros”, (SILVA, 2007, p. 98). É possível encontrar nas vilas desde casas modestas com água e energia elétrica, a barracos sem nenhuma infraestrutura. Há ruas pavimentadas e moradias no meio delas, erguidas de maneira totalmente irregular, com manilhas expondo esgoto a céu aberto e córregos sem canalização. Também foi encontrado lixo espalhado sobre o que deveriam ser calçadas de pedestres. (Figura 3).



Figura 3: Uma das vilas de Entre Rios, a poucos metros das unidades industriais da Cooperativa Agrária. Fonte: KAMINSKI, Marisa (2012).

A Cooperativa Agrária não pode ser responsabilizada pelos problemas sócioeconômicos em Entre Rios, mas é vista como vilã no imaginário social. O diretor-presidente da cooperativa justifica que o aumento no número de moradores nas vilas do distrito, com o conseqüente crescimento dos problemas de infraestrutura do lugar, pode estar relacionado à busca por trabalho:

Isso é comum. Já fomos visitados por uma comissão europeia que nos questionou tanta pobreza de um lado e riqueza de outro. Explicamos que não criamos essa situação. Essas pessoas vieram para cá em busca de empregos. Quando a Agrária anuncia uma vaga dezenas de pessoas surgem e não há como absorver todo mundo, pois a maioria não tem qualificação. Como a cooperativa está crescendo, muitas pessoas de outras regiões migram para Entre Rios (JORGE KARL, diretor-presidente da AGRARIA, 2011).

O presidente da cooperativa diz que na área administrativa e operacional há boa demanda de trabalhadores que residem em Entre Rios e Guarapuava. A Cooperativa Agrária divulga que gera em torno de 1.000 empregos diretos em suas unidades administrativas e agroindustriais, e indiretos a exemplo das atividades campeiras, em trabalhos domésticos nas fazendas dos cooperados, entre outros. Contudo, esse universo parece ser pouco significativo diante da demanda. Dos cooperados entrevistados, apenas o senhor Antônio (2011)²¹ possui em torno de 50 empregados. Quanto aos demais, quando a mão-de-obra não se limita à família, o número de funcionários não passa de cinco. As máquinas substituem os postos de trabalho. O setor de recursos humanos da cooperativa, muitas vezes, não encontra na região o perfil profissional para funções específicas que procura:

Investimos muito em treinamento e capacitação para nossos colaboradores, e já ofertamos cursos para a comunidade, mas muitas pessoas não têm vontade porque existem os programas sociais como Bolsa Família, Seguro Desemprego, então, por quê trabalhar? (JORGE KARL, diretor-presidente da AGRÁRIA, 2011).

Por esses termos do senhor Jorge Karl, a má distribuição da renda no país não é condicionante da pobreza. Ainda que mereça críticas sobre os objetivos de marketing político e seus efeitos compensatórios, alguns programas sociais do governo federal buscam reduzir as desigualdades, mas dependem da sociedade, principalmente da iniciativa privada para que atinjam os objetivos.

O fato gera questionamentos sobre quais são as ações que a cooperativa tem desenvolvido na qualificação de mão-de-obra, no sentido de colaborar com a redução do desemprego no distrito? À pergunta, o presidente responde que “alguns cursos foram ofertados, mas houve pouca procura” (JORGE KARL, Diretor-Presidente da AGRÁRIA, 2011). Há quem conteste essa afirmação:

Hoje, a Agrária se preocupa mais em qualificar seus funcionários e não tanto o entorno, mas já cuidou da questão social. Parece que houve alguma iniciativa de preparar mão-de-obra em um projeto em parceria com a Alemanha, mas não progrediu e isso realmente falta em Entre Rios. O lado negativo nas estratégias da Agrária é exatamente optar por produzir grãos, cuja absorção de mão-de-obra é mínima. Já o poder público é ausente em políticas de geração de emprego e renda no distrito (ANTON GORA, Cooperado, 2011).

Oliveira (2007) ilustra a questão sobre a estrutura e as relações de trabalho do campo brasileiro, apontando que há uma reordenação territorial:

Assiste-se hoje, no Brasil, simultaneamente, o aumento do trabalho assalariado e do trabalho familiar no campo. Contraditoriamente, são as duas faces estruturais do campo no país, pois nele se encontra não só o aumento, como também o predomínio quase que absoluto do trabalho assalariado (permanente ou temporário) nos estabelecimentos com mais de 1.000 ha. Inversamente a esse processo, tem-se o aumento e o predomínio do trabalho familiar camponês nos estabelecimentos com área inferior a 100 ha (OLIVEIRA, 2007, p. 83).

Ao fazer correlação entre o trabalho e a reordenação territorial, Oliveira (2007) remete a outro aspecto que é o caráter concentrador da terra na estrutura fundiária brasileira, destacado por outra autora:

No distrito de Entre Rios, essa concentração é ainda maior. Cinquenta e dois por cento de seus moradores proprietários são donos de propriedades com 200 ou mais hectares. Com propriedades abaixo de 50 hectares se encontram apenas 17% dos proprietários. Mas esse percentual não se refere somente as terras do município de Guarapuava, já que os mesmos possuem terras fora do município (SILVA, 2007, p. 86).

Para Abreu (1986, p159), a Cooperativa Agrária participa desse processo no sentido de que as técnicas que introduziu na agricultura provocaram “competição” entre agricultores e pecuaristas que aqui atuavam e expandiram suas propriedades. Silva (2007, p. 74) evidencia também, que ocorreu a absorção das médias e pequenas propriedades pelas grandes, “em função das substituição da agricultura tradicional e da pecuária, em parte, pela agricultura capitalista consolidando o processo de revalorização das terras e sua concentração”.

Outra questão abordada, ainda que não aprofundadamente, é o fato da modernização da agricultura e a especialização da produção adotadas pela Cooperativa Agrária, também ter agravado problemas ambientais. Silva (2007, p. 63) lembra que “a economia da região esteve sempre associada à exploração de algum recurso da natureza que foi utilizada, muitas vezes, de forma predatória e rudimentar”.

Desde o princípio, a instalação das colônias esteve ligada à interferência na natureza a partir da introdução da modernização das técnicas de produção para exportação. As imensas plantações de soja e outras *commodities* (Figura 4) contrariam o discurso corrente entre os suábios de que, desde o início das atividades a cooperativa tem procurado a preservação ambiental.



Figura 4: As propriedades variam em tamanho, entre 50 hectares a 6 mil hectares
Fonte: KAMINSKI, Marisa (2012).

Nas palavras de Gora (2010, p. 130) “os campos de Guarapuava foram escolhidos por serem apropriados ao cultivo, não exigindo a derrubada de matas”. Segundo o autor, o primeiro presidente da Cooperativa Agrária, Michael Mor, exigia que a cada 15 hectares de terra agricultável comprados pela família, 4 hectares de mata deveriam ser preservados e deles extraído o mínimo sem causar destruição. Contudo, a orientação dada por profissionais da área não foi seguida pela maioria dos imigrantes. “De uma hora para outra começaram a derrubar as árvores, sem necessidade, para fazer plantio. Isso ocorreu também porque os suábios enfrentaram muitas dificuldades financeiras e a maneira mais rápida de conseguir dinheiro era vendendo madeira” (ANTON GORA, Cooperado, 2011). Na opinião do senhor Anton Gora, é necessário transformar o pensamento voltado apenas ao lucro para ações de sustentabilidade.

Porto-Gonçalves (2009) atribui à modernização, mecanização, uso de novos insumos químicos, biológicos e novas formas de produção, as agressões à natureza. Em sua análise sobre esses efeitos, “transformar um ecossistema num agroecossistema implica, sempre, perdas, seja de diversidade biológica, seja de volumes físicos de solos pela exposição mais direta à radiação solar, aos ventos e às chuvas” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 209).

O presidente Jorge Karl (2011) argumenta que a Cooperativa Agrária tem tomado alguns iniciativas em minimizar os efeitos sobre o meio ambiente, concentrando-se em ações como criação de uma unidade de reflorestamento, horto florestal de 4 hectares com árvores de várias espécies, e um Projeto de Gestão Ambiental, (COOPERATIVA AGRÁRIA, 2011) iniciado em 2002 com investimentos de aproximadamente R\$ 17 milhões. A cooperativa instalou equipamentos para redução de poeira e ruídos nos entrepostos e indústrias, lagoas de tratamento de efluentes, implantou coleta seletiva de lixo nos departamentos da cooperativa, e substituição de óleo e combustível fóssil não renovável por energia renovável nas unidades industriais, a partir de madeira de reflorestamento.

Um trabalho de conscientização ambiental dos cooperados iniciou em 2006 com o Programa Agrária de Certificação Rural (COOPERATIVA AGRÁRIA, 2010), em que quatro cooperados obtiveram diploma de certificação por ações praticadas, tais como, destinação correta de óleo e graxas usados para empresas especializadas,

depósitos para defensivos e reservatórios para combustíveis dentro de normas ambientais.

A necessidade de conscientização é enfatizada também pelos demais entrevistados, mais por ser um problema econômico. Novamente a lógica do capital se mostra como força que impele as ações. “Se não nos adequarmos às normas internacionais vamos perder mercado”, frisa o cooperado Antônio (2011). O cooperado Anton Gora (2011) revela que, entre as exigências dos compradores europeus estão procedência e maneiras de produção, as quais não são efetivas em Entre Rios. Segundo o cooperado, quem produzir da forma ambientalmente correta terá o preço do produto mais valorizado.

O rigor em relação à qualidade e sanidade, por parte do mercado dos países desenvolvidos, ocorre através do rastreamento dos produtos. Só depois desse processo, os compradores certificam conforme normas de qualidade que incluem controle no uso de defensivos, processo de produção, e mão-de-obra empregada.

Considerações finais

As considerações finais da pesquisa remetem à constatação de que, ao se apropriar economicamente do território, a Cooperativa Agrária Agroindustrial gerou conflitos em seus processos relacionais. Muitos desses conflitos decorrem das estratégias territoriais adotadas pelas gestões da cooperativa ao longo dos anos. A cooperativa se alinhou à agricultura comercial e à produção em larga escala, assemelhando-se às grandes organizações cooperativistas paranaenses que foram assimilando, desde a década de 1960, as intensas modificações no campo por conta do processo de industrialização.

Assim, com o intuito de conquistar competitividade no mercado, a Cooperativa Agrária Agroindustrial investiu em conhecimento, novas formas de gerenciamento, em ampliação de suas estruturas industriais e em tecnologia, na agroindustrialização da produção de grãos (milho, soja, trigo e cevada). Esse crescimento contou com amplos incentivos públicos. Os cereais têm sido foco dos negócios da cooperativa desde que os seus fundadores, os suábios do Danúbio aqui se instalaram em 1951. O diretor-presidente, senhor Jorge Karl, justifica que essa opção representa uma vocação dos

imigrantes, uma questão cultural. Com esse discurso, os cooperados buscaram a expansão das propriedades além das fronteiras do município de Guarapuava.

Na abordagem territorial realizada, essa estratégia representa o valor que o fator terra passou a ter, operando na lógica da sujeição da renda dessa terra ao capital. O resultado foi o aumento da concentração fundiária já existente no município. No lugar das pequenas fazendas em torno de 30 hectares nas primeiras décadas de instalação das colônias, atualmente destacam-se extensas áreas com mais de 1.000 hectares, cobertas por cereais. O percentual de médios e grandes produtores rurais associados à cooperativa aumentou significativamente em relação aos pequenos agricultores, reduzidos a um pequeno grupo.

Essa configuração espacial está no centro dos conflitos, uma vez que os cooperados de menor porte têm dificuldade de acesso à terra, atualmente escassa em Entre Rios, e ficam sem escala apropriada para a produção das culturas consideradas mais rentáveis pela Agrária. Nesse grupo encontram-se cooperados, e também cooperados inativos, que contraíram dívidas superiores à capacidade de pagamento junto à cooperativa. Esse endividamento ocorreu devido a diversos fatores tais como, a política agrícola que causou grande crise financeira nas cooperativas na década de 1990, as frustrações de expectativas de safras, mas também, por descontrole de gastos dos próprios cooperados.

Esses fatos desencadearam mais que quebra de vínculos materiais na Cooperativa Agrária. As queixas de produtores rurais que perderam a terra e os investimentos nela realizados face às dívidas, é que os gestores da cooperativa agiram somente com uma visão capitalista e não cooperativista, que visa ajuda mútua. A consequência dessas relações de poder econômico foi o rompimento da coesão cultural que, no imaginário social, existe naquela comunidade.

A Cooperativa Agrária seguiu por um caminho diferente de outras fundadas por imigrantes no Paraná, que desenvolveram programas para os pequenos agricultores associados. Uma prática pouco comum nas monoculturas – a diversificação das atividades produtivas integrando lavoura e pecuária, associada à agroindustrialização –, vem sendo implementada por tais cooperativas. Com projetos desse nível, essas conseguem manter sustentáveis e economicamente viáveis as pequenas propriedades.

O interesse em diversificar também foi constatado nos depoimentos em Guarapuava. Com exceção de um produtor rural, os demais entrevistados consideram o sistema uma possibilidade de renda extra, e uma forma de sobrevivência ante riscos financeiros provocados pela oscilação de preços ou quebra de contratos no mercado. Atualmente, a Cooperativa Agrária apoia a suinocultura para poucos cooperados, e existe a expectativa da implantação de alguns projetos. No entanto, enquanto eles tardam a se efetivarem, alguns cooperados da Agrária tomaram iniciativas isoladas, como produzir outras culturas agrícolas que não apenas cereais.

Diversificar, acima de tudo, é dar oportunidade de agregação de valor ao fator de produção trabalho, que nas monoculturas é representado por baixas ocupação e remuneração de trabalhadores rurais. E trabalho é uma necessidade no distrito de Entre Rios, uma localidade marcada por contrastes socioeconômicos, onde desigualdades de renda, bens materiais e posses convivem no mesmo espaço. Nas vilas em torno da Cooperativa Agrária, carentes de serviços públicos de qualidade, residem pessoas de baixa renda, muitas vivendo na condição de subempregadas ou desempregadas.

Embora não seja responsável pelas demandas sociais em Entre Rios, a cooperativa atrai centenas de pessoas em busca emprego, mas poucas conseguem pela falta de requisitos profissionais exigidos pela empresa. Uma consequência da produção realizada nas grandes propriedades mecanizadas e amparadas por tecnologias de precisão, onde não há ampliação da oferta de mão de obra significativa nas atividades campeiras.

A partir dessas evidências, concluiu-se que a apropriação do território pelo grupo social que são os suábios do Danúbio, representados pela Cooperativa Agrária Agroindustrial foi motivada pelos interesses econômicos e financeiros. Tal dimensão adquiriu maiores proporções ao longo dos 60 anos de fundação da cooperativa, ao ponto de estar merecendo amplas reflexões. Somente uma discussão bem articulada entre dirigentes e cooperados no intuito de analisarem o verdadeiro papel do associativismo e de sua inserção na sociedade, pode, sem utopias, encontrar o equilíbrio entre crescimento econômico e desenvolvimento.

Notas

¹ Dissertação defendida e aprovada no dia 10 de agosto de 2012. Compuseram a banca os professores doutores Marcos Aurélio Saquet (Universidade do Oeste do Paraná/UNIOESTE), Cecília Hauresko (Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO) e o orientador Sergio Fajardo (Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO).

² Os suábios do Danúbio são formados por pessoas de descendência alemã, iugoslava, húngara, romena e austríaca.

³ O *schwowisch* difere do alemão clássico quanto a alguns sons e pronúncias, faz parte do multilinguismo na comunidade de suábia do Danúbio em Entre Rios, conforme Dalla Vechia e Fraga (2012), mas existe o risco de perda dessa tradição oral, pois há cada vez menos falantes do dialeto. Para as autoras, a escola e a mantenedora (Cooperativa Agrária Agroindustrial/Associação de Educação Agrícola de Entre Rios) colaboram com esse processo.

⁴ Sobre o assunto, leia “Fundão dados para a imprensa” (OCEPAR, 2008), disponível em: <<http://www.ocepar.org.br/ocepar/servlet/ConsultaInformesEdicaoImpressao?ServletState=2&nuAnoF=2008&nuMesF=2&nuDiaF=28>>. Leia também “Caso paiol de Telha, uma história de descendentes de negros escravizados frente à expropriação de terras em Guarapuava, Pr”, (SENE, 2008). Disponível em: <http://www.bicen-tede.uepg.br/tde_arquivos/3/TDE-2008-10-14T143348Z-217/Publico/Roberto%20Rivelino.pdf>.

⁵ Tremçoço é uma leguminosa da família da ervilha e da fava. Embora rico em nutrientes – é apreciada como aperitivo, e sua farinha usada em produtos de panificação-, o consumo do grão seco é tóxico: contém a substância alcaloide (lupanina), de sabor bastante amargo, só comestível após ser deixado de molho em água salgada e cozido. No Brasil, o grande uso é na indústria farmacêutica, alimentação para animais e, segundo o engenheiro agrônomo Anton Gora (2012), é chamado de ‘adubação verde’ por melhorar as condições físicas do solo e aumentar a matéria orgânica.

⁶ O senhor Jorge Karl é diretor-presidente da Cooperativa Agrária Agroindustrial e foi entrevistado pela autora no dia 16 de junho de 2011, na sede da cooperativa. Karl foi secretário da Agricultura na gestão do ex-prefeito César Franco (1993 a 1996).

⁷ Esse processo de expansão poderia ser chamado de territórios descontínuos, como diria Haesbaert (2004), onde ocorrem relações de dominação e apropriação entre sociedade e espaço por um grupo social.

⁸ O projeto praticado pela cooperativa gera alguns questionamentos. A Constituição Federal, em seu Art. 1º, § 1º, Lei 4504/64 do Estatuto da Terra, considera “reforma agrária o conjunto de medidas que visam a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade”. Esse é o enunciado ou conceituação sintética da reforma Agrária: “a intervenção do Estado nos alicerces do setor agrícola” (VEIGA, 1986, p. 7). A reestruturação fundiária feita pela Cooperativa Agrária não contou com a ação planejada diretamente pelo governo para adequar a situação ao crescimento econômico, uma das características mais fortes da reforma agrária, conforme o autor.

⁹ Para Fajardo (ENTREVISTA JORNAL GAZETA DO POVO, 2011), essa mudança de nome se acentuou a partir do ano de 2003, numa clara demonstração da importância que a industrialização da matéria-prima adquiriu nas cooperativas, pois, “quando as cooperativas começaram a trocar seu nome de ‘cooperativa agrícola’ ou ‘cooperativa rural’ para ‘cooperativa agroindustrial’, ficou evidente que o foco delas deixou de ser a atividade primária”.

¹⁰ Tradução nossa: *grits* (grãos) e *flakes* (flocos) são derivados do milho utilizados na indústria cervejeira e alimentícia.

¹¹ Informações obtidas durante visita organizada pelo professor Sergio Fajardo no dia 8 de junho de 2011 à Cooperativa Castrolanda, para alunos do curso de Mestrado em Geografia, da UNICENTRO, da qual fiz parte. Confira no site da cooperativa disponível em <<http://www.castrolanda.coop.br/home>>. As informações são de domínio público.

¹² Entre as normas estatutárias é possível citar o fato dos cooperados serem ao mesmo tempo acionistas e clientes da cooperativa; sistema de produção baseado na fidelidade entre empresa e associados na compra e na entrega na cooperativa, a divisão dos ganhos e distribuição das sobras.

¹³ *Core business* é o mesmo que negócio principal (tradução nossa).

¹⁴ O senhor Anton Gora foi entrevistado pela autora no dia 17 de setembro de 2011. Ele é cooperado da Agrária há mais de 30 anos, e ocupou cargo de diretor. Também é diretor sindical e na vida pública foi secretário municipal de Agricultura, na gestão do ex-prefeito Vitor Hugo Burko (1996/2000/2004). Publicou o livro “Dos campos nativos ao agronegócio: a contribuição suábica em Guarapuava”. Ed. UNICENTRO, 2010, do qual participei nos trabalhos de entrevistas e redação da obra.

¹⁵ A senhora Maria, (nome fictício) é brasileira, descendente de iugoslavos. A cooperada foi entrevistada na sua residência em Guarapuava, pela autora, no dia 27 de fevereiro de 2012. O nome verdadeiro foi substituído como alternativa metodológica visando preservar o anonimato da fonte.

¹⁶ O senhor José (nome fictício) é brasileiro, descendente de iugoslavos. O cooperado foi entrevistado no em seu local de trabalho em Guarapuava, pela autora, no dia 8 de maio de 2012. O nome verdadeiro foi substituído como alternativa metodológica visando preservar o anonimato da fonte.

¹⁷ De acordo com dados obtidos da Cooperativa Agrária, no final do exercício de 2011, 549 associados compunham o quadro associativo, sendo 377 ativos e 172 inativos.

¹⁸ O senhor João (nome fictício) é austríaco. O ex-cooperado foi entrevistado em residência em Guarapuava, pela autora, no dia 19 de maio de 2012. O nome verdadeiro foi substituído como alternativa metodológica visando preservar o anonimato da fonte.

¹⁹ A Cooperativa Agrária tem ocupado espaço na imprensa estadual, a exemplo de “**Antes e depois da Agromalte: Entre Rios e o atual nível de desenvolvimento**” (JORNAL REDE SUL DE NOTÍCIAS, 2012), disponível em: <<http://www.redesuldenoticias.com.br/noticia.aspx?id=40360>>, e “**Governo confirma AmBev no PR**” (JORNAL GAZETA DO POVO), disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=1149335>>.

²⁰ O senhor Márcio Sequeira, presidente da entidade da ACENDER, foi entrevistado pela autora no dia 1º de junho de 2012, via e-mail.

²¹ O senhor Antônio (nome fictício) é brasileiro, descendente de alemães. O contato telefônico com o cooperado foi feito pela autora no dia 12 de novembro de 2011, e o mesmo preferiu responder às perguntas via e-mail porque estava em trabalho de colheita de trigo e cevada. O entrevistado retornou com as respostas no dia 17 de novembro de 2011. O nome verdadeiro foi substituído como alternativa metodológica visando preservar o anonimato da fonte.

Referências

ACENDER - Associação Central para o Desenvolvimento de Entre Rios. **O distrito e a ACENDER. História, Objetivos sociais, Regiões de Entre Rios, Compromisso eleitoral.** Disponível em: <<http://www.acender.webnode.com.pt/>>. Acesso em 4 de abr. 2012.

ABREU, Gracita Gruber. ABREU, Alcioly T.G. **A posse e o uso da terra. Modernização agropecuária de Guarapuava.** Curitiba : Biblioteca Pública do Paraná. Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1986

ALVES, Adilson Francelino *et al.* (Orgs). **Manual das Cooperativas. Boas práticas na gestão cooperativada.** Francisco Beltrão: Unioeste/Unicafes/SETI, 2010.

ANTÔNIO, Cooperado. **Entrevista** concedida à augora, via e-mail, dia 17 de novembro de 2011.

ANTON GORA, Cooperado. **Entrevista** concedida à autora dia 17 de setembro de 2011, em Guarapuava

BRASIL. Ministério da Saúde (MS) -. Consulta Estabelecimento - Módulo Básico – **Atendimento: Atendimento prestado Hospital Semmelweis**. Disponível em: <http://cnes.datasus.gov.br/Mod_Bas_Atendimento.asp?VCo_Unidade=4109403139301>. Acessado em: 22 de mai. 2012.

____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo 2010.Cidades. Guarapuava. Distrito de Entre Rios**. Dados obtidos em março de 2012, no escritório regional. Impresso.

____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário 2006, 2007. Agricultura Familiar. Primeiros resultados**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/comentarios.pdf>. Acessado em: 08 abr. 2011.

CASTROLANDA, Cooperativa. **Video institucional**. Disponível em http://www.castrolanda.coop.br/video_institucional. Acessado em 16 de jan. 2011

____. **Perfil**. Disponível em www.castrolanda.coop.br. Acessado em 06 de jun. 2011.

COOPERATIVA AGRÁRIA AGROINDUSTRIAL. **Relatório Anual 2011**. Cooperativa Agrária Agroindustrial. Guarapuava, 2011. Disponível em: <<http://www.agraria.com.br/portal/cooperativa.php>>. PDF. Acesso em: 10 jan. 2012.

____. **Relatório Anual 2010**. Cooperativa Agrária Agroindustrial. Guarapuava: 2010.

____. **Caderno de Entre Rios**. Cooperativa Agrária. Guarapuava: 2004.

COOPERATIVA AGRÁRIA MISTA ENTRE RIOS. **Agrária: Relatório 2004**. Guarapuava: Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda, 2004 f.

DALLA VECCHIA, Adriana; FRAGA, Leticia. **A construção da identidade étnica na escola: o papel dos professores de línguas**. Anais do Encontro do Celsul: Círculo de Estudos Linguísticos do Sul. Unioeste, 24 a 26 de outubro de 2012. ISSN 2178 7751. Disponível em [www.celsul.org.br/Encontros/10/completos/xcelsul_artigo%20\(4\).pdf](http://www.celsul.org.br/Encontros/10/completos/xcelsul_artigo%20(4).pdf). Acessado em 31 de jan. 2013.

ELFES, Albert. **Suábios no Paraná**. Editora Banco Lar Brasileiro, 1971.

FAJARDO, Sergio. **Territorialidades corporativas no rural paranaense**. Guarapuava: Editora Unicentro, 2008.

FRIEDRICH, Marli. **Gênese e evolução do distrito de Entre Rios e a Cooperativa Agrária**. Monografia apresentada no Curso de Pós-Graduação em Geografia da Unicentro, 2005.

GÄRTNER, Monique. **História, memória e identidade: considerações acerca da ocupação da região de Entre Rios feita pelos suábios do Danúbio no Paraná (1951-1971)**. 2009. Disponível em: <<http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/70.pdf>>. Acessado em 11 mai. 2012.

GORA, Anton. **Dos campos nativos ao agronegócio: a contribuição suábica em Guarapuava**. Guarapuava: Ed. UNICENTRO, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói, Rio de Janeiro, EdUFF, 1997.

IANNI, Otávio. **A luta pela Terra: história Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1978.

JOÃO, ex-cooperado. **Entrevista** concedida à autora dia 19 de maio de 2012, em Guarapuava.

JORGE KARL, diretor-presidente da Agrária. **Entrevista** concedida à autora, dia no dia 16 de junho de 2011, em Entre Rios.

JOSÉ, cooperado inativo. **Entrevista** concedida à autora dia 8 de maio de 2012, em Guarapuava.

MARIA, cooperada. **Entrevista** concedida à autora dia 27 de fevereiro de 2012.

MÁRCIO SEQUEIRA, presidente da ACENDER. **Entrevista** concedida à autora no dia 1º de junho de 2012 via e-mail.

MARTINS, Sebastião Meira. **Pioneiros do Vale de Entre Rios**. Guarapuava: Gráfica Esquema, 1992.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec/Educ, 1989.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_avioaldo.pdf. Acessado em: 23 abr.2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Globalização da natureza e natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

REVISTA FAE BUSINESS. **Painel: diversificação da produção**. 2005. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_fae_business/n12/painel.pdf>. Acessado em 19 abr. 2012.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil, território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET M. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **O território: diferentes interpretações na literatura italiana**. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

_____. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômicos da Colônia Silveira Martins**. Porto Alegre: EST, 2003.

SILVA, Márcia da. **Análise Política do território: poder e desenvolvimento no Centro-Sul do Paraná**. Guarapuava: Unicentro, 2007.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento**. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

STEIN, Marcos Nestor. **Imigração, dissensos e adaptações: análise da formação de uma colônia de refugiados da Segunda Guerra Mundial no Paraná**. Teses UFSC. 2009. Disponível em: <<http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/297.pdf>>. Acessado em 17 de ab. 2012.

_____. **“O oitavo dia”: Produção de sentidos identitários na Colônia de Entre Rios – PR (segunda metade do século XX)**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2008. Disponível em <repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/.../249439.pdf?...1>. Acessado em 14 de set. 2011.

WITMARSUN, Cooperativa Agrícola. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.witmarsun.coop.br>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

Recebido em 24/09/2012 Aceito para publicação em 08/02/2013.
